

Estudos etnobotânicos e dinâmicas socioambientais no Quilombo São José da Serra/RJ

Joyce Alves Rocha¹
Elza Neffa²
Denise Daniel³

Resumo

Este trabalho, realizado na comunidade quilombola São José da Serra - RJ/Brasil, busca apreender as ações antrópicas e as práticas sociais fixadas na paisagem ao longo do tempo. Tal percepção reflete o pensamento de Cosgrove (2004) e de Alcorn (1995) que permitem identificar os indicadores ambientais e culturais que alimentam, material e simbolicamente, a vida dos atores sociais dessa comunidade, cuja base da produção assenta-se no conhecimento botânico. A revisão bibliográfica e os procedimentos qualitativos adotados na pesquisa facultaram a percepção de que o saber empírico etnobotânico local demanda compreensão da realidade multidimensional e articulação de diversas percepções, a partir de estratégias etnometodológicas (COULON, 1995). Essa abordagem permite a construção de um plano de ação na perspectiva de nortear a elaboração de propostas que embasem políticas públicas socioambientais sustentáveis.

Palavras chave: Etnobotânica, Quilombo, Plano de Ação, Políticas Públicas socioambientais.

Introdução

A ocupação do espaço por populações humanas contemporâneas é marcadamente influenciada por ocupações anteriores. Indícios desse passado de ações antrópicas são fixados na paisagem, ao longo do tempo, como marcas sociais que podem ser percebidas no meio ambiente através de diversos indicadores culturais e ambientais que alimentam, material e simbolicamente, a vida dos atores sociais na contemporaneidade.

¹ Bacharel em Biologia Vegetal (UFRJ); Mestre em Biotecnologia Vegetal (PBV/UFRJ); Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente – Doutorado Multidisciplinar da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. joycearbio@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ); Mestre em Filosofia da Educação (IESAE/FGV); Professora, pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Referência em Educação Ambiental da Faculdade de Educação - NUREDAM e Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente – Doutorado Multidisciplinar da UERJ. elzaneffa@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UERJ; Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UERJ. Denisedaniell@hotmail.com

Na atualidade, é comum encontrarmos trabalhos que se esmeram na árdua tarefa de coletar, classificar, categorizar e divulgar listas de espécies vegetais utilizadas por determinado grupo social ou por uma comunidade tradicional sem, todavia, uma reflexão sobre as relações que perpassam as práticas produtivas e que são refletidoras das conexões que os seres humanos estabelecem com a natureza.

Segundo Escobar (1999), biodiversidade é território culturalizado, no qual se imbricam natureza e sociedade. Partindo desse pressuposto, cabe um posicionamento sobre o que se entende por “território culturalizado” do Quilombo⁴ São José da Serra, comunidade de matriz africana localizada no município de Valença/RJ, desde o século XIX (MATTOS e MEIRELES, 1997; MATTOS, 2005). Na perspectiva de que não se pode analisar isoladamente o acervo vegetal de uma região sem levar em conta a interferência humana na produção e na manutenção desses recursos, tanto em relação ao passado quanto em perspectivas futuras (ALCORN, 1995), a etnobotânica vem dando passos no estudo do processo histórico das comunidades buscando a origem desse saber e refletindo sobre as possibilidades do uso sustentável de tais recursos.

A compreensão dessas e de outras questões demanda a aproximação de diversas áreas do conhecimento que se relacionam à análise dos saberes tradicionais de uma comunidade (taxonomia), aos dados de categorias de uso, à determinação da disponibilidade de recursos hídricos e pluviométricos, às noções de sazonalidade e de produtividade, aos conhecimentos fitoquímicos e farmacológicos, aos elementos sócio-econômicos e históricos da região estudada, para citar apenas alguns.

O caráter interdisciplinar da etnobotânica permite demonstrar como os fatores culturais e ambientais se integram, bem como, as concepções desenvolvidas por variadas comunidades humanas sobre as plantas e sobre o aproveitamento que se faz delas (ALCORN, 1995; BEGOSSI, 1999; ALBUQUERQUE e LUCENA, 2005; OLIVEIRA et al., 2009).

⁴ Adotamos aqui o conceito de quilombo definido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) – “Quilombo tem novos significados na literatura especializada, também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha conteúdo histórico, vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos, e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão.”(O’DWYER, 1995, p.1)

A partir daí, extrapola-se para as subjetividades dos participantes da rede social e suas articulações com as espécies biológicas buscando-se responder às questões da pesquisa que passam a fazer mais sentido se direcionadas para planejamentos participativos locais e para ações regionais que se fundamentem em estratégias etnometodológicas (COULON, 1995). A investigação e a compreensão do conhecimento local viabilizam a elaboração de propostas que vão ao encontro dos anseios das comunidades por atuações mais sustentáveis sobre o uso dos recursos naturais.

Com base em pesquisa bibliográfica de fontes históricas e ambientais e de análises de dados qualitativos obtidos em entrevistas realizadas com membros da comunidade do Quilombo São José da Serra (ALBUQUERQUE e LUCENA, 2008) obteve-se uma amostragem intencional não probabilística (ALENCAR e GOMES, 1998), por meio da qual seis entrevistados foram selecionados por serem os mais idosos (com idades que variam entre 70 e 86 anos), a partir de indicações e de critérios estabelecidos por membros da própria comunidade. As entrevistas livres forneceram elementos da história de ligação das alterações da paisagem com o trabalho escravo, tais como, as conseqüências da permanência dos negros escravos em terras privadas, as ações desencadeadas pela posse da terra, o avanço da agropecuária, a diminuição da diversidade vegetal local, a dificuldade de obtenção de trabalho, dentre outras. Cabe ressaltar que perguntas relacionadas à nomenclatura e ao uso de espécies vegetais não foram consideradas, uma vez que esse estudo pretende focar na análise dos fatores de influência sócio-histórica e ambiental que convergirão para o saber etnobotânico, e não para o conhecimento sobre as plantas em si.

Nessa perspectiva, a paisagem (NEFFA, 2008, p. 11) foi incorporada como um conceito complexo com múltiplos patamares de significados, com diversas dimensões e diretamente ligado à percepção do mundo, servindo de guia para um diagnóstico de ações de alterações do meio ambiente. Segundo Denis Cosgrove (2004:103), revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar na consciência cultural dos outros de maneira autoconsciente, ressaltando que ver a paisagem a partir dessa habilidade torna-se familiar porque somos partes da natureza e, dessa forma, muitos dos sentidos que a ela atribuímos fazem parte da nossa experiência cotidiana.

Para Milton Santos (1994: 68-69), a paisagem é uma espécie de marca da história do trabalho e das técnicas, mas não se reduz a ela devendo ser pensada paralelamente às condições

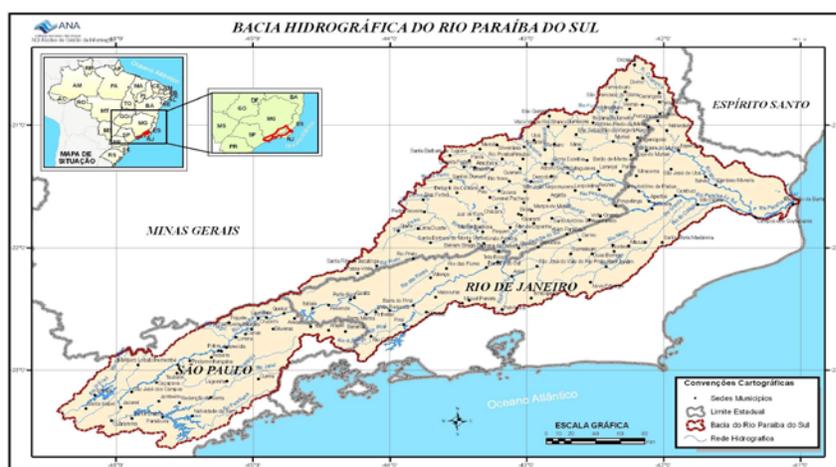
políticas, econômicas e culturais uma vez que a técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais.

Mais do que compreender a paisagem conceitualmente objetivou-se, com a análise sócio-histórica e ambiental do Quilombo São José da Serra, constituir instrumento subsidiador da finalidade central da atual concepção da etnobotânica - a aplicabilidade do conhecimento (VIEIRA, 1994; ALCORN, 1995; BEGOSSI et al., 2002 e OLIVEIRA et al., 2009). Nessa ótica, entende-se que o conhecimento tradicional elaborado pela população dessa comunidade quilombola, acerca dos recursos vegetais, pode constituir fermento para a geração de novas dinâmicas sociais, baseadas em princípios agroecológicos e de agricultura familiar, possibilitando a emergência de oportunidades emancipatórias.

O Quilombo São José da Serra como território culturalizado

O Quilombo São José da Serra situa-se no interior e ao sul do estado do Rio de Janeiro, no município de Valença, e se insere na bacia hidrográfica do Rio Preto/médio Vale do rio Paraíba do Sul (Mapa 1). Em local de difícil acesso, chega-se à comunidade por meio da estrada que liga os Distritos de Conservatória (Lat22°17'Sul e Long43°55'W GR) e de Santa Isabel do Rio Preto, na Serra da Beleza. Formada há cerca de 150 anos, essa comunidade constitui-se por aproximadamente 120 descendentes de escravos de origem africana que habitam em nove hectares da Fazenda São José da Serra, organizados em 38 famílias residentes em 20 habitações.

Mapa 1 - Localização da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul



Fonte: Fundação COPPETEC - Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente COPPETEC/UFRJ (2001).

Trata-se de uma região com montanhas e morros que variam de 540m a 1.300m de altitude (Figura 1), com clima temperado seco e temperatura média de 16,5°C. Originária da Mata Atlântica, a vegetação conta apenas com pequenos fragmentos de mata secundária, em decorrência de fortes pressões antropogênicas – monocultura cafeeira e agropecuária extensiva (NEFFA, 2001). Portanto, hoje, a vegetação natural da região forma um mosaico juntamente com pastagens e áreas cultivadas (ativas ou abandonadas). Em decorrência disso, percebe-se uma forte limitação agrícola relacionada à qualidade do solo.

Figura 1 – Vista do Mirante da Serra da Beleza



Fonte: Joyce Alves Rocha, Valença/RJ, 2009.

O Quilombo São José da Serra é uma das mais antigas comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro. Os primeiros escravos de origem *bantu*, enviados do Congo, de Angola e de Moçambique, foram levados à região do Médio vale do rio Paraíba do Sul para trabalharem nas lavouras de café. Com a abolição da escravatura, em 1888, muitos permaneceram naquelas paragens, mantendo laços de parentesco, de cultura e de produção, ligados às terras (MATTOS e MEIRELES, 1997). O resultado desse processo de permanência dos afrodescendentes abolidos em terras privadas (MATTOS e MEIRELES, 1997; MATTOS, 2005) leva-nos a uma não correspondência entre o clássico conceito de quilombo como local onde os negros fugitivos abrigavam-se e o defendido por O’Dwyer (1995) e Schmitt et al.(2002), que se refere ao perfil de resistência cultural. Ao utilizarmos o conceito de remanescente de quilombo, expresso na manutenção da cultura afrobrasileira, não apenas vislumbramos sua legitimidade mas, também, consideramos outro aspecto relevante para a compreensão dos territórios - o conceito de

ancestralidade que valoriza os saberes e as práticas mantidos ao longo do tempo (O'DWYER, 2002).

Essa comunidade tem sua história marcada por um relativo isolamento, dada a sua localização distanciada das cidades de Conservatória e de Santa Isabel do Rio Preto, a topografia acidentada de “mar de morros” e as condições precárias de vida relacionadas às sérias dificuldades enfrentadas com problemas relacionados a: 1) abastecimento de água (análise e tratamento); 2) esgotamento sanitário; 3) coleta e destinação de resíduos sólidos; 4) assistência à saúde; 5) transportes, com a falta de manutenção de estradas e de novas linhas e horários de ônibus que obstaculizam a comercialização dos produtos e elevam o peso da intermediação; 6) carência de escolas para o desenvolvimento do segundo segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, assim como, de Programas de Educação Ambiental Rural e de capacitação; 7) carência de políticas agrícolas, com insuficiência de projetos, planejamentos e financiamentos que dificultam a aquisição de implementos agrícolas e de equipamentos adequados à produção e inviabilizam a oferta de assistências técnicas para manejo do solo e das águas; 8) indisponibilidade de meios de comunicação; 9) falta de programas de recuperação e de preservação das florestas e das matas ciliares protetoras de nascentes e mananciais; 10) insuficiente difusão dos conceitos de agroecologia, agrossilvicultura e desenvolvimento sustentável que subsidiem a criação de hortas e de lavouras orgânicas, assim como, de implantação de pecuária orgânica para gado de corte e produção leiteira em sistemas silvipastoris rotacionados (NEFFA, 2008, p. 30-32).

Atualmente, parte da população é considerada flutuante devido a migrações oscilatórias em busca de trabalho em outras localidades, um dos principais problemas da comunidade. Nas últimas décadas do século XX, esse deslocamento intensificou alterações nas relações sociais e fez surgir um novo cenário de onde emergem novos sujeitos que tornam tênues as fronteiras campo-cidade abrindo novas perspectivas para a refuncionalização do processo produtivo, embora alguns aspectos socioculturais possam ser modificados descaracterizando-os como comunidade tradicional⁵.

⁵ Termo embasado no Decreto Federal nº 6040 de 07/02/2007 que define: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

A principal atividade produtiva desses quilombolas constitui-se do trabalho de diaristas em fazendas vizinhas. O cultivo de milho e feijão, plantados nos pequenos espaços concedidos pelo proprietário da Fazenda São José, e a criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, complementam os recursos que garantem a subsistência. Os moradores denominam este local de “roça” como uma forma de diferenciá-lo das demais áreas da fazenda. O que é produzido nesses quintais, denominados roças, é consumido pela própria família ou compartilhado dentro da comunidade.

Na Constituinte de 1988, a discussão sobre questões referentes às comunidades quilombolas e sobre as possibilidades de ampliação de seus direitos por reparação histórica passou a fazer parte da agenda política nacional e suscitou debates e reações. Aos poucos, essas comunidades receberam maior respaldo de políticas públicas de reconhecimento, legitimação e territorialização (MATTOS, 2006), mas, na visão desses atores sociais, elas permanecem incipientes.

O processo de reconhecimento e de titulação das comunidades quilombolas é atualmente orientado pelo Decreto 4887/2003 e pela Instrução Normativa nº 49. Esse decreto outorga competência ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, que o fazem com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁶ da Constituição de 1988, concedendo direito à terra aos descendentes de escravos através da titulação quilombola⁷.

Embora o tema tenha ganhado espaço na mídia e nas instituições acadêmicas, a comunidade do Quilombo São José da Serra ainda aguarda a regularização territorial de 472 hectares solicitada em ação junto ao Ministério Público. Para que tal regularização fundiária aconteça é necessário atender o que preceitua a Fundação Cultural Palmares (MinC-Brasil) em relação à definição dessas comunidades, que as considerada

“comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto 4887/03 art. 2º)

⁶ “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, ADCT, 1988)”.

⁷ Tal titulação se baseia na produção do Relatório Antropológico que é essencial para que se delimite a área a ser reconhecida.

Em consonância a essa definição, a comunidade quilombola São José da Serra foi reconhecida como tal em Diário Oficial da União de 13/12/2006⁸. A conjuntura determinada pelo aguardo de decisão judicial para posse definitiva tem como fator relevante a demarcação das terras, obtida em 2006⁹. Contudo, até o presente momento, não houve deliberação a esse respeito e a comunidade do Quilombo São José da Serra convive com a restrição espacial em função de sua instalação em propriedade particular. A importância dessa determinação legal em relação às delimitações definitivas pressupõe que a institucionalização do espaço permitirá uma valorização que pode se correlacionar a outra lógica, a lógica da preservação, cujas regras de apropriação da biodiversidade dar-se-ão através do uso direto e indireto dos recursos naturais, respeitando as dinâmicas de uso e de apropriação do espaço (BORGES et al., 2008).

Para Diegues (1994), nas sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o ser humano e a natureza, tanto em sua práxis quanto no campo simbólico, que permite que tais grupos acumulem e mantenham o conhecimento sobre seu território, transmitindo-o a novas gerações. O autor considera comunidades tradicionais aquelas que vivem em estreita relação com o ambiente, dependendo de seus recursos naturais para a reprodução sócio-cultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental. Entretanto, Diegues salienta que é preciso ter o cuidado de não se criar sobre tal conceito um “neomito”, em que a falta de uma base empírica que se sustente em uma abordagem ecológica crítica vincule a imagem de tais populações tradicionais a um “bom selvagem”. Os sujeitos referidos no estudo precisam se perceber como atores

⁸ DOU de 13/12/2006 nº238, seção 1, Portaria n. 29, de 12 de dezembro de 2006, Fundação Cultural Palmares.

⁹ [...] com o objetivo de realizar os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação e a titulação definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes da comunidade do Quilombo de São José da Serra, Município de Valença/RJ, de acordo com o Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, e a Instrução Normativa/INCRA n.º 20, de 19 de Setembro de 2005, cujo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação acolhe e, face às conclusões e justificativas apresentadas, decide:

1- Aprovar as conclusões do Relatório Técnico de Identificação, Delimitação, Levantamento Ocupacional e Cartorial, elaborado pela Comissão nomeada, para afinal reconhecer e delimitar as terras dos remanescentes da comunidade do quilombo de São José da Serra, com área de 476,3008 ha, localizada no Município de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

2- Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, desta Portaria, do resumo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, do memorial descritivo e do mapa da área, todos em anexos a esta Portaria, em conformidade com o Art.7º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, e o Art. 11 da IN/ INCRA n.º 20, de 19 de Setembro de 2005.

3- Determinar que a publicação referida do item acima seja afixada na sede da Prefeitura Municipal de Valença - RJ.

4- Considerar notificados com a presente Portaria, os detentores de títulos de domínio, ocupantes, confinantes e demais interessados na área objeto de reconhecimento de acordo com Art.7º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, e o Art. 11 da IN/ INCRA n.º 20, de 19 de Setembro de 2005(Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Rio de Janeiro - portaria n 57, de 1 de novembro de 2006)

socioambientais, com direitos e responsabilidades, ou seja, como partes integrantes dos processos e das transformações locais.

Nessa perspectiva, é preciso refletir sobre a atuação de tais comunidades no meio ambiente e sobre as práticas antrópicas que têm levado à devastação da natureza e à desagregação dos sistemas de vida tradicionais que, usualmente, incluem novos elementos culturais em função da manutenção de um acervo de conhecimentos empíricos sobre os vegetais e de um patrimônio genético de valor inestimável para as gerações futuras (AMOROZO e GÉLY, 1988). Muitas vezes, as comunidades tradicionais são a chave para novas possibilidades de sustentabilidade, daí a gestão da sociobiodiversidade¹⁰ estar em voga, preconizando-se a valorização da cultura local, dos saberes tradicionais e de suas formas regionais de relação com os diferentes ecossistemas. Segundo Albuquerque (1999), quando as informações sobre o uso de recursos naturais são valorizadas e a articulação entre a comunidade científica e as populações tradicionais é promovida vislumbram-se modelos sustentáveis, a partir da crença de que essas populações sabem utilizar e conservar os recursos biológicos (POSEY, 1990).

Nesse contexto, cumpre assinalar o valor do saber tradicional dos negros africanos que compõem a comunidade analisada. Segundo Janga (2009), as culturas dos afrodescendentes aqui sobreviveram e serviram como patamares de resistência social, cultural e de cuidados com a saúde, dando aporte fundamental à identidade brasileira. Dentre as várias contribuições destaca-se um vasto conhecimento a respeito do uso de recursos vegetais na construção de moradias e das plantas e de seus usos múltiplos na alimentação e no tratamento de saúde física e espiritual, todos interligados à busca do bem estar humano (ALMEIDA, M.Z., 2003).

No Quilombo São José da Serra, ainda que haja uma percepção sobre a perda da biodiversidade em decorrência dos cerca de noventa anos de monocultura cafeeira, informações obtidas em entrevistas com os quilombolas revelam uma visão ingênua, sem análise crítica das práticas insustentáveis desenvolvidas no espaço rural onde vivem e trabalham, que se expressa nas falas: “essas plantas não são mais vistas por aqui porque chegou o tempo delas” e “é uma coisa da natureza de Deus, chegou o tempo delas não aparecerem mais”.

¹⁰ De acordo com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) vinculado aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entende-se por sociobiodiversidade a relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares.

Essas considerações demonstram a manutenção do sentimento de sacralização da natureza que se estende para os fragmentos de mata existentes no entorno de suas residências. Esses atores sociais apontam as matas como sendo “a moradia de plantas que sobraram da obra de Deus” e que, por isso, muitos dos rituais religiosos¹¹ são feitos utilizando plantas dessa “mata”, na qual só alguns membros do quilombo podem entrar e, com o devido acompanhamento espiritual podem extrair algum material vegetal. Essa informação deixa antever o valor que a comunidade quilombola dá à natureza, ainda que não reconheça as contradições provocadoras de diferentes acessos a ela e a ocultação das dimensões política e espiritual.

Portanto, lançar um olhar etnobotânico sobre a paisagem do Quilombo São José da Serra é visualizar que o ambiente e suas relações sociais imanentes podem favorecer o desvendar de atributos codificados que fazem parte de novas oportunidades. Com essa visão, é possível perceber que aspectos culturais e naturais se interpenetram e dialogam, configurando um imbricado sistema composto por seres humanos e natureza.

Na observação da percepção dos atores sociais locais inseridos em atividades de agropecuária, os depoimentos expuseram uma dissociação entre a prática de “limpar” e “roçar” a terra e as conseqüentes erosões e compactações do solo, por exemplo. Manifestaram também que, embora os recursos financeiros dos quilombolas sejam escassos, técnicas de cobertura verde, de adubação orgânica, de montagem de composteiras não são desenvolvidas nos quintais como alternativas de baixo custo para reversão das condições insuficientes apresentadas pelo solo esgotado por anos de monocultura cafeeira e pelas pastagens. Muitas reclamações referem-se ao fato do fazendeiro deixar os animais soltos, invadindo os quintais, pisoteando e comendo as plantas, impedindo o avanço do plantio. Contudo, a percepção dos danos causados pela pecuária extensiva não é ressaltada pelos quilombolas.

A etnobotânica se destaca como uma abordagem de pesquisa científica que estuda pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos, que poderão mediar as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que incluem tais atores, assim como os impactos advindos dessa relação (MARQUES, 2002). Dessa forma, pesquisas em etnobotânica podem contribuir para aproximar o conhecimento científico do saber tradicional, com vistas a mitigar danos e direcionar soluções para o bem

¹¹ A comunidade segue os ritos da umbanda, entretanto apresenta fortes marcas do sincretismo religioso com o catolicismo, comum no processo brasileiro de escravidão.

coletivo. Além da troca de informações sobre a biodiversidade, importante para a valorização e para a integração do saber imanente das sociedades humanas com a produção científica (KRUEL e PEIXOTO, 2004), uma compreensão sobre as práticas apropriadas ao manejo da vegetação aponta para a utilização do etnoconhecimento como instrumento capaz de contribuir para a solução de problemas socioambientais, em menor e maior escala (BECK e ORTIZ, 1997), ou mesmo de interferir na maior eficiência de práticas agrícolas.

Como ressalta Begossi et al. (2002), estudos etnobotânicos, além das questões da valorização do conhecimento botânico propriamente dito, também contribuem para o desenvolvimento planejado de uma dada região. No Brasil, que se destaca pelo extrativismo de material silvestre, a intensificação dos trabalhos com base em saberes tradicionais tem aprofundado o conhecimento sobre as espécies cultivadas e utilizadas para fins terapêuticos e cosméticos, podendo servir como instrumento para delinear estratégias de utilização e de preservação de áreas e de espécies nativas e seus potenciais comerciais e ambientais (VIEIRA, 1994).

Segundo dados do IQM-Verde II, produzido pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE, 2003), quase todos os municípios da região do médio vale do rio Paraíba do Sul ampliaram os fragmentos florestais da Mata Atlântica seguindo uma tendência de regeneração de forma espontânea da vegetação secundária, se comparados aos últimos trinta e cinco. Na contracorrente desse movimento, nos municípios de Rio Claro e Valença houve expansão da pastagem. Acreditando na possibilidade do processo natural de regeneração associar-se à representação sacralizada dos quilombolas vislumbra-se uma condição de reversão do quadro de insustentabilidade instalado na paisagem local. Como atentamos anteriormente, em muitos estudos os dados ambientais e socioculturais são apenas subsídios para o levantamento florístico. Entretanto, a etnobotânica vai além do inventário de nomes nativos de plantas e de práticas produtivas do grupo, procurando entender como o grupo atua em sistemas integrados, com sua lógica própria de transmissão de conhecimentos e de aprendizagem (AMOROZO e GÉLY, 1988).

Estudiosos e ambientalistas apontam que quando as populações tradicionais apresentam sensibilidade ambiental, algum tipo de liderança, práticas comerciais locais articuladas à organização social, essas comunidades devem ser fortalecidas com base no uso racional de

espécies vegetais e de ações afirmativas de ecodesenvolvimento¹². Tal concepção pode fundamentar a emergência de alternativas sustentáveis (SÁNCHEZ et al. 2010), como a vislumbrada no Quilombo São José da Serra. Contudo, cabe ressaltar a importância de uma visão crítica em relação à ideia de que a vida em uma comunidade tradicional com baixo impacto ambiental esteja relacionada a não acumulação de riquezas e de bens materiais, devendo-se alertar para o risco da possível apropriação do discurso da sustentabilidade pelo poder da ordem econômica dominante (LEFF, 2000, p. 263).

Para Almeida, “a biodiversidade pode ser elemento importante na consolidação do território e na formulação de estratégias de desenvolvimento, articulando uma nova relação entre natureza e sociedade em contextos globais da ciência, da cultura e da economia” (2003a, p.71). À expansão dos conceitos e dos métodos da etnobotânica e dos aspectos mercadológicos e utilitários das espécies vegetais são incorporados os avanços relacionados à noção de preservação da natureza e do uso dos ecossistemas (OLIVEIRA et al., 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imbuídos da ideia de que o estabelecimento de uma visão crítica em relação ao uso do solo e à utilização de recursos vegetais pode ampliar a sensibilidade ambiental e favorecer o reconhecimento das potencialidades locais e a emergência de novas responsabilidades propulsoras do desenvolvimento local, pressupomos que pesquisas baseadas no etnoconhecimento e na abordagem transdisciplinar podem contribuir para a construção de pilares sustentadores de uma nova paisagem.

Conscientes de que a análise sócio-histórica e ambiental do Quilombo São José da Serra é fundamental para a contextualização da sua potencialidade no processo de transformação da paisagem da bacia hidrográfica do rio Preto/região do Médio vale do rio Paraíba do Sul, a pesquisa iniciou um processo investigatório sobre o saber criativo advindo da prática de manuseio de ervas medicinais, aromáticas e ritualísticas, presente no cotidiano dessa comunidade de quilombolas, na perspectiva de subsidiar a instrumentalização desses atores sociais para se

¹² O conceito de ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo (RAYNAUT e ZANONI, 1993), e largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974 (GODARD, 1991). Na definição dada por Sachs, citada por Raynaut e Zanoni (1993, p. 7), para um determinado país ou região o ecodesenvolvimento significa o "desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio". A partir daí, o conceito foi sendo trabalhado e aprimorado, entretanto, neste artigo não cabem maiores considerações.

articulem com a comunidade acadêmico-científica, os gestores públicos, as instituições nacionais e internacionais e as empresas e corporações interessadas nesse conhecimento, antevendo a geração de novas dinâmicas sociais que estimulem a emergência de alternativas emancipatórias.

Por ser multidimensional, a realidade apresenta múltiplas possibilidades estratégicas relacionadas à sustentabilidade socioambiental que, ao serem aplicadas ao desenvolvimento local, permitem a instituição de parcerias e a concentração de interesses diversificados na implementação de planejamentos participativos de ação regional. Assim, estudos etnobotânicos no Quilombo São José da Serra poderão convergir para realimentar a cultura, desenvolver assistência técnica agrícola, construir coletivamente o debate político, favorecer estratégias de exigibilidade de direitos e formar lideranças capazes de pensar, na especificidade da tradição territorial quilombola, a reconversão das áreas de monocultura e de agropecuária.

Nessa perspectiva, delinear sociedades com a compreensão de que os sistemas econômicos e ecológicos são mutuamente dependentes e passíveis de incorporar o pensamento cotidiano, de forma complementar ao capital natural e social (SACHS, 1993, p.23), parte da concepção de que saberes e práticas locais podem servir de fundamento para a construção de uma nova sensibilidade socioambiental que alimente a idéia de pertencimento, tanto do ponto de vista territorial, quanto do ponto de vista cultural.

Numa abordagem preliminar, esse estudo constata a importância da incorporação dos seus acervos biológicos e culturais para a compreensão das representações e das sistematizações do universo do conhecimento tradicional quilombola para além da materialidade simplificadora da realidade. Nesse sentido, a percepção do quilombo como território culturalizado de resistência pressupõe entender que essas representações interferem nas questões de identidade da comunidade, influenciam a organização social e a transformação da relação do ser humano com a natureza e possibilitam o delineamento de novas estratégias emancipatórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, U.P. e LUCENA, R.F.P. Can apparency affect the use of plants by local people in tropical forests? **Interciência** 30: 506-510, 2005.

ALBUQUERQUE, U.P. e LUCENA, R.F.P. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. 2ª Edição. Recife: Livro rápido/ NUPEEA, 323p, 2008.

- ALBUQUERQUE, U.P. Manejo tradicional de plantas em regiões neotropicais. **Acta bot. Bras.**, 13(3): 307-315, 1999.
- ALCORN, J.B. The scope and aims of ethnobotany in a developing world. In: SCHULTES, R.E. e REIS, S.V. (eds.). **Ethnobotany: evolution of a discipline**. Cambridge: Timber Press, 1995. p. 23-39.
- ALENCAR, E. e GOMES, M.A.O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico rápido participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.
- ALMEIDA, M.G. Cultura ecológica e biodiversidade. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 2, n. 3, jun./jul. p.71-82, 2003 a.
- ALMEIDA, M.Z. **Plantas Mediciniais**. Salvador-BA: EDUFBA, p.121, 2003.
- AMOROZO, M.C.M. e GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Bacarena, PA, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, Ser. Bot. Belém**, 4(1): 47-131, 1988.
- BECK, H.T. e ORTIZ, A. Proyecto etnobotánico de la comunidad Awá em el Ecuador. In: RIOS, M. e PEDERSEN, H.B. (eds.). **Uso y manejo de Recursos Vegetales**. Quito: Memórias del II Simpósio Ecuatoriano de Etnobotânica y Botánica Econômica, p 159-176, 1997.
- BEGOSSI, A. et al. Ecologia humana, etnoecologia e conservação. In: AMOROZO, M.C.M.; MING, L.C. e SILVA, S.M.P. (Org.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, p.93-128, 2002.
- BEGOSSI, A. Caiçaras, caboclos and natural resources: rules and scale patterns. **Ambiente & Sociedade**, ano II, nº 5, 2º semestre, 1999.
- BORGES, K.N.; BRITTO, M.B.; BAUTISTA, H.P. Políticas públicas e proteção dos saberes das comunidades tradicionais. **Revista de Desenvolvimento Econômico- Ano X _ Nº 18**, 2008.
- BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R.L. (Org.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 124 p. Cap. 5, p. 92-123, 2004.
- COULON, A. **Etnometodologia**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1995.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/CEMAR/USP, 169p, 1994.

ESCOBAR, A. **El final del salvaje. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología/CEREC, 1999.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIDE. **Índice de Qualidade dos Municípios – IQM-Verde II**. Rio de Janeiro: CIDE, 2003. CDROM.

GODARD, O. **Environnement Soutenable et Développement Durable: Le modèle néo-classique en question**. Paris: Environnement et Société 91- CIRED, 1991.

JANGA, N. **Quilombo Moderno**. [online] Disponível em <http://www.quilombomoderno.siteonline.com.br/interna.jsp?lnk=22767> acessado em 06 de novembro de 2010.

KRUEL, V.S. e PEIXOTO, A.L. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. **Acta Bot. Bras.** 18(1): 177-190, 2004.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura. Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável**. Blumenau: Edifurb, 375p., 2000.

MARQUES, J.G.W. O olhar (des)multiplicado: o papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. In: AMOROZO, M.C.; MING, L.C.; SILVA, S.M.P. (eds.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia edisciplinas correlatas**. Rio Claro: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002. p. 31-46.

MATTOS, H.M. e MEIRELES, L.C. Meu pai e vovô falava: quilombo é aqui - Memória do Cativo, Território e Identidade na Comunidade Negra Rural de São José da Serra. **Relatório de Identificação de Comunidade Remanescente de Quilombo**. Rio de Janeiro: LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem – UFF, 1997.

MATTOS, H.M. Novos quilombos: re-significações da memória do cativo entre descendentes da última geração de escravos. In: RIOS, A.L.; MATTOS, H.M. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, H.M. Políticas de reparação e identidade coletiva no meio rural: Antônio Nascimento Fernandes e o quilombo São José. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 37, p. 167-189, jan.-jun. de 2006.

NEFFA, E. **Desenvolvimento e Degradação Ambiental. Um estudo na região do Médio Paraíba do Sul.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001(Tese de Doutorado).

NEFFA, E. **Saberes e práticas socioambientais:** ação integrada na bacia hidrográfica do rio Preto/região do Médio Paraíba do Sul. Rio de Janeiro: UERJ/FAPERJ, 2008. (Relatório de Pesquisa).

O'DWYER, E.C. **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

O'DWYER, E.C. (org.) **Terra de Quilombos.** Edição ABA- Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro, 1995.

OLIVEIRA, F.C. et al. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil **Acta bot. bras.** 23(2): 590-605, 2009.

POSEY, D.A. The application of ethnobiology in the conservation of dwindling natural resources: lost knowledge or options for the survival of the planet. In: POSEY, D.A. e OVERAL, W.L. **Ethnobiology: implications and applications.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, V. 1, p. 47-60 1990.

RAYNAUT, C., ZANONI, M. **La Construction del'interdisciplinarité en Formation intégrée de l'environnement et du Développement.** Paris:Unesco (Document préparé pour la Réunion sur les Modalités de travail de CHAIRES UNESCO DU.DÉVELOPPEMENTDURABLE. Curitiba, 1 - 4 juillât 93 - mimeo), 1993.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SÁNCHEZ, M.C. et al. Defining environmental management units based upon integrated socio-economic and biophysical indicators at the Pacific coast of México. **Interciencia** vol. 35, nº 1, 2010.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 190 pp, 1994.

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C. e CARVALHO, M.C. Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade.** Ano V, nº 10, 1º Semestre, 2002.

VIEIRA, R.F. Coleta e conservação de recursos genéticos de plantas medicinais. In: I **Congresso Brasileiro de Medicina e Terapias**. Brasília. Trabalhos... São Paulo: Instituto Médico Seraphis. p.44-9, 1994.